

ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

CPMF: Recriação parte de empresas

Para quem é avido por fazer e promover boicotes, uma boa lista vem por aí. Ao menos 60 empresas, incluindo Carrefour, Rachuelo e Braspress, reunidas no Instituto Unidos Brasil (IUB) vão entregar três propostas para serem votadas pelo Congresso, antes das eleições, para, de acordo com os empresários, 'melhorar' o ambiente de negócios. A primeira tem o objetivo declarado de desconcentrar agências reguladoras; a segunda defende a desoneração da folha de salários de forma permanente - mas não de graça: bancada pela criação de um tributo similar à CPMF - e a terceira pretende acabar com o que os empresários chamam de 'ativismo judicial', dando respaldo a medidas provisórias que englobam temas de liberdade econômica.

As PECs estão previstas para serem entregues na próxima terça-feira (12), em Brasília. "A gente tem de criar protagonismo, fortalecer e apressar tudo o que puder neste ano. Não podemos parar o Brasil por causa das eleições", disparou o presidente do IUB, Nabil Shalhoub - que também preside a Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping). Os empresários propõem a criação da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira. Para tentar afastar uma comparação com a antiga CPMF, eles sugerem que a alíquota seja definida por meio de lei complementar. A equipe técnica aponta que uma taxa próxima de 0,1% sobre as operações seria adequada (a CPMF era bem menor, de 0,38%). Abra o olho!

Veículos

Os emplacamentos de veículos impulsionados pelo segmento de duas rodas e pesados, cresceram 23,2% sobre fevereiro e 1,4% sobre março de 2021. Já no acumulado do 1º trimestre, houve queda de 7,6% sobre igual período de 2021. Segundo a Fenabrade, o desempenho no trimestre reflete um conjunto de fatores, nacionais e globais, como produção e vendas afetada pela variante ômicron, no início do ano, e o conflito Rússia X Ucrânia, levantando preocupação com preços dos combustíveis.

Veículos II

Com recente redução do IPI e a criação do Renovar, as perspectivas são de crescimento, uma vez que o setor terá desoneração e o programa objetiva tirar de circulação veículos em fim de vida útil (com mais de 30 anos) que, hoje, representam 26% da frota total de caminhões no Brasil. Para a Fenabrade, além da melhora na segurança viária, a medida pode trazer ganhos ambientais e de segurança, diminuir custos logísticos e acidentes, e, consequentemente, beneficiar toda a economia.

Em 2022: Entrega da declaração vai até 31 de maio

Pelo terceiro ano seguido, a Receita Federal prorrogou o prazo de entrega da declaração do IR 2022 para dia 31 de maio – antes, a data final era até 29 de abril. A instrução normativa foi publicada no DOU, ontem. Segundo a Receita, a prorrogação visa mitigar eventuais efeitos decorrentes da pandemia da covid-19 que possam dificultar o preenchimento correto e envio das declarações, visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados. A medida foi adotada em 2020 (até 30 de junho) e 2021 (31 de maio).

Shoppings

O mês de fevereiro registrou um crescimento de vendas em lojas de shoppings de 10,6%, de acordo com o Índice Cielo de Varejo em Shopping Centers (ICVS-Abrasec). No acumulado do ano, as vendas acumulam uma alta de 10,3%. O resultado reforça o momento de recuperação no setor, iniciado em 2021. Por regiões, destacaram-se, em fevereiro, com vendas acima da média nacional, Nordeste (13,4%), Sul (12,9%) e Norte (10,9%). O Sudeste avançou 9,5%, enquanto no Centro-Oeste subiu 5,5%.

Alô, Petrobras!

Os preços do petróleo caíram, ontem, pressionados pela alta do dólar e crescentes preocupações de que novos casos de coronavírus possam desacelerar a demanda da China – que ampliou o lockdown a 26 milhões de pessoas –, mas as perdas foram limitadas por temores com a oferta devido a sanções à Rússia. Os contratos futuros do Brent caíram 0,89 dólar, ou 0,8%, para fechar a 106,64 dólares o barril. O petróleo dos EUA (WTI) recuou 1,32 dólar, ou 1,3%, para fechar a 101,96 dólares.

Aviação: Preços das passagens aéreas decolam

O preço médio das passagens aéreas no Brasil subiu até 62% de janeiro a março

Imóveis. O Ministério da Economia colocou à venda 20 imóveis pertencentes à União, que poderão ser comprados em leilões que serão realizados este mês. Localizados em nove estados e no Distrito Federal, os imóveis têm valores que oscilam entre R\$ 38,5 mil e R\$ 17,25 milhões.



Brasil registra mais de 65 mi de consumidores inadimplentes

O total de consumidores inadimplentes vinha caindo desde abril do ano passado, mas está em alta contínua desde outubro



FOTO: FOLHAPRESS

Entre os tipos de dívidas em situação de inadimplência em fevereiro, segundo a Serasa, 28,6% vêm de débitos com o cartão de crédito

A pandemia de covid-19 e os problemas econômicos causados por uma das maiores crises sanitárias de saúde pode ter potencializado mais um dado negativo: o aumento de pessoas inadimplentes. O Brasil registra atualmente 65,2 milhões de consumidores inadimplentes, o que representa um total de R\$ 263,4 bilhões em dívidas negativadas. O dado, divulgado nessa terça-feira (5/4) pelo Serasa

é correspondente ao mês de fevereiro.

Essa quantidade não era atingida desde maio de 2020, no início da pandemia. Somente em fevereiro, o número de inadimplentes subiu 0,54%. Cada brasileiro deve, em média, R\$ 4.042,08. A estatística se baseia no fato de que cada número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) tem entre 26 e 40 anos de idade (35,3%), seguida pela

vas quanto ao perfil dos inadimplentes, os homens representam 50,2% dos devedores, contra 49,8% das mulheres. Na divisão por faixa etária, a maior parte tem entre 26 e 40 anos de idade (34,9%).

O total de consumidores inadimplentes vinha caindo desde abril de 2021, mas está em alta contínua desde outubro do ano passado. De acordo com a Serasa, as re-

centes altas na taxa de juros, que encarece o crédito, e o desemprego ainda elevado, são as principais causas para o aumento da inadimplência.

Renda

A queda na renda média do trabalhador também afeta o pagamento das dívidas, muito embora a econômica dê sinais de recuperação gradual nos últimos meses. Mas o fato é que a grande parte das pessoas estão encontrando empregos que pagam menos que o anterior, o que aumenta a dificuldade em quitar dívidas em atraso. Entre os tipos de dívidas em situação de inadimplência em fevereiro, segundo a Serasa, 28,6% vêm de débitos com o cartão de crédito

IR: prazo para entrega da declaração é prorrogado para 31 de maio

A Receita Federal prorrogou para o dia 31 de maio o prazo final para a entrega da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda referentes ao rendimento de declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (IPRF) entregues. A expectativa total é de que 34,1 milhões de declarações sejam

efeitos da pandemia da covid-19 que possam dificultar o preenchimento e envio das declarações. Até o final de março, a Receita Federal contabilizava quase 6 milhões de declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física (IPRF) entregues. A expectativa é de que 34,1 milhões de declarações sejam

enviadas até o final do prazo.

Regras

Estão obrigadas a apresentar a Declaração de Ajuste Anual os cidadãos que tiveram, em 2021, rendimentos tributáveis com valor acima de R\$ 28.559,70. A Instrução Normativa nº 2.077, publicada no Diário Oficial da União,

dessa terça-feira (5/4), que prorrogou o prazo, mantém o cronograma para a restituição dos cinco lotes aos contribuintes. O primeiro está previsto para 31 de maio. Os segundo e terceiro lotes serão restituídos no dia 30 de junho e de julho. O quarto lote está previsto para 31 de agosto; e o quinto, para 30 de setembro.

Prefeitura Municipal de Parauapebas - Decreto de Alteração de Regras - Contracheque - Secretaria de Fazenda - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição de Intervenção no Domínio das Águas (CIDA) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDA) - Decreto nº 10.000, de 20 de fevereiro de 2022, que altera as regras de aplicação da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Públicos (CIDE) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serv